



HISTÓRIA E PODER: AS ELITES NO CONFLITO TERRITORIAL EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL (1979-2015)

Luan Moraes dos Santos*

Resumo: O objetivo desse artigo se situa na análise da atuação e inserção das elites nas disputas de poder, no processo de demarcação de terras, entre índios e fazendeiros, no município de Palmeira dos Índios – AL, entre os anos 1979 e 2015. As grandes retomadas territoriais e o acirramento das tensões políticas compõem o contexto de tais embates, tendo em vista a organização de movimentos indígenas desde a segunda metade do século XX, em oposição à coalizão de posseiros e grileiros dos territórios atualmente visados no moroso processo de demarcação. Assim, para entender as elites como uma forma de poder, partimos dos pressupostos teóricos de Boaventura de Souza Santos (1999) e com o intuito de analisar fontes escritas numa tentativa de reconstituição do passado, utilizamos as indagações de Francisco C. Falcon (1998). Portanto, em nossa tentativa de dar sentido histórico as transformações dos índios do Nordeste em sua (re)modelagem cultural, partimos da premissa dos índios misturados defendida por João P. de Oliveira (1998) e nas discussões de território elencadas por José Maurício Arruti (1999).

Palavras-chave: Demarcação. Disputa. Índios.

Resumen: El objetivo de este artículo se sitúa en el análisis de la actuación e inserción de las élites en las disputas de poder, en el proceso de demarcación de tierras, entre indios y granjeros, en el municipio de Palmeira de los Indios - AL, entre los años 1979 y 2015. Las grandes retomadas territoriales y el agravamiento de las tensiones políticas componen el contexto de tales embates, teniendo en vista la organización de movimientos indígenas desde la segunda mitad del siglo XX, en oposición a la coalición de poses y grileiros de los territorios actualmente visados en el lento proceso de demarcación. Así, para entender las élites como una forma de poder, partimos de los presupuestos teóricos de Boaventura de Souza Santos (1999) y con el propósito de analizar fuentes escritas en un intento de reconstitución del pasado, utilizamos las indagaciones de Francisco C. Falcon (1998). Sin embargo, en nuestro intento de dar sentido histórico a las transformaciones de los indios del Nordeste en su (re) modelado cultural, partimos de la premisa de los indios mezclados defendida por João P. de Oliveira (1998) y en las discusiones de territorio enumeradas por José Maurício Arruti (1998) 1999).

Palabras-clave: Demarcación. Disputa. Indios.

* Mestrando em História Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL (2013-2016). Artigo escrito sob orientação do professor Dr. Antonio Alves Bezerra; do Programa de Pós-graduação em História da UFAL.



Considerações iniciais: urdidura teórico-metodológica para uma análise do conflito

Palmeira dos Índios é uma cidade interiorana localizada no agreste do Estado de Alagoas. Terra oriunda de missão indígena, localiza-se à 135 km de Maceió, foi fundada em 1835, emancipou-se politicamente em 1889. Atualmente, com 127 anos, tem economia baseada principalmente na agropecuária, com predominância do latifúndio. Ao longo de sua história foi um grande produtor de algodão e um dos mais importantes centros comerciais de Alagoas. Possui ferrovia que escoava a produção à Maceió. É herdeira de uma política coronelística cujas influências podem ser sentidas nas distinções socioespaciais de campo e cidade.

Nesse lugar, vive o povo Xukuru-Kariri, que habita a região serrana e entornos da cidade. Eles têm suas origens em dois outros grupos indígenas do Nordeste; os Xukuru da antiga vila de Cimbres, atual município de Pesqueira-PE e os Kariri, povo que habitou a bacia do Rio São Francisco e cuja principal área de fixação foi o território que hoje corresponde a Porto Real do Colégio em Alagoas.

Ambos os povos chegaram ao vale que deu origem a Palmeira dos Índios em meados do século XVII e aqui construíram sua história, permeada por conflitos territoriais e pela ressignificação de sua identidade frente aos diversos processos históricos vivenciados em sua luta pela terra e contra a exclusão social. A cidade foi erguida sobre seus antigos aldeamentos, seus mortos foram desenterrados e suas feridas expostas e sua identidade cultural, fora desrespeitada.

Mas o imaginário local, lhes reservou um lugar à margem dessa história, negando-lhes o protagonismo. Esse imaginário, construído sob a égide literária, se perpetuou até os dias de hoje, e contribui para a estereotipagem cultural, tencionando os conflitos originados pela necessidade de demarcação territorial na região, gerando opiniões contrapostas sobre a perenidade da cultura indígena e ressaltando o poder das elites locais na consolidação desse feito.

Atualmente, os Xukuru-Kariri, são mencionados na história de Palmeira dos Índios como seres edênicos e propagandísticos; concepção



da história local embasada nos escritos de Luiz B. Torres¹ um curioso local e vários comerciantes usam os índios como atrativo para seus estabelecimentos se aproveitando da associação do nome do município com os índios, como atrativo, na mesma medida em que negam a existência desses indígenas quando da exigência de demarcação.

A análise desse conflito é pautada no conceito de mistura defendido por João Pacheco de Oliveira (1998) ao colocar os índios do Nordeste brasileiro nos debates acadêmicos trazendo-lhes uma roupagem teórica, regulada pelas trocas culturais de mão dupla – quando os costumes tanto do dominador, quanto do dominado são alterados em virtude do contato cultural – e pela mistura étnica promovida pelos mecanismos de assimilação encabeçados pelo governo (através de órgãos oficiais como o SPI²) promovidos pelas elites que se alternavam no poder.

Quanto ao conceito de poder, seria até possível adotar a concepção de Michel Foucault (1979) e entendê-lo como uma rede capilarizada, porém invisível, presente em todas as relações. Mas não o entendemos dessa forma, pois o todo das relações não é nosso objetivo. Pretendemos observar a função poder, em um grupo específico – no caso as elites de Palmeira dos Índios – em um dado recorte temporal (de 1979, porquanto da retomada de uma região de mata atlântica, hoje a Aldeia Indígena Mata da Cafurna à 2015, quando a elite latifundiária local, controlando o poder, se manifestou publicamente contra o processo de demarcação territorial) e em suas relações com outra camada populacional entendida aqui como oposta aos planos das elites.

Adota-se assim, o debate sobre poder promovido pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (1999) em “Pela mão de Alice. O Social e o político na Pós-modernidade”, ao criticar Michel Foucault, defendendo a hipótese de que o poder que mesmo múltiplo em suas definições, seja

¹ Luiz de Barros Torres (1952-1992), é patrono da Academia Palmeirense de Letras e Artes – APALCA. Entre seus trabalhos no município estão o desenho do Brasão e a Escrita do hino de Palmeira dos Índios, bem como de um romance tornado em lenda que conta a fundação da cidade como origem do amor proibido de dois índios,

² O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional cuidando de assimilá-los e integrá-los à mão de obra nacional. Para mais informações: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protECAo-aos-indios-spi> Acesso em: 31/03/2017.



também adaptado a diferentes contextos histórico-situacionais e hierarquizado, de uma forma que julgamos ser melhor ao debate de uma demarcação territorial em termos políticos e culturais e não apenas etnográficos. A preferência por essa definição se expressa, pelo mínimo de apego metodológico demonstrado, contrariamente a Foucault cujo definição não pode ser apreendida sem atentar para a condição da hierarquia social como em estado de acoplamento à política territorial.

E José Maurício Arruti (1995), em “Morte e Vida no Nordeste Indígena”, tratou da trama histórica dos índios do Nordeste, levando em conta os processos e as mudanças vivenciadas por esses povos. Estudo que amplia o olhar sobre as dinâmicas culturais e a consolidação social de determinados grupos, entres eles os Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios.

A linguagem das elites: a mão dupla da dominação

Podemos compreender que a palavra ‘índio’, geralmente relacionada a uma confusão e atribuída aos considerados inferiores na colonização, adquiriu novo significado durante as transformações históricas que o Brasil passou. “A palavra é a mesma, mas ganhou outro valor” (KOSELLECK, 1992, p. 143). É com esse novo valor que a palavra será empregada nesse trabalho: índios como consciência de grupo e impulso para reivindicações e não como um infeliz a margem da sociedade e culturalmente excluído.

Ainda assim, passaremos às considerações sobre o índio a partir do ponto de vista do posseiro, o que implica demonstrar como as elites locais, em posse do governo, se comportavam diante do conflito e como via (e continua a ver) as populações indígenas de Palmeira dos Índios. Começamos pela interpretação clássica da origem da povoação, o que nos leva ao mito fundante e seus desdobramentos.

“A lenda da fundação de Palmeira dos Índios – AL” é um esboço³, feito por Luiz B. Torres, do que poderia ter se tornado uma revista em quadrinhos sobre a fundação do município. Em estilo romancado e quase que novelístico, ele rabiscou um história que passou a ser

³ O esboço original, se encontra em bom estado de conservação, nos acervos de Luiz B. Torres, hoje em posse do campus da Universidade Estadual de Alagoas, em Palmeira dos Índios – AL.



reproduzida todos os anos, por ocasião das comemorações da emancipação política de Palmeira dos Índios. O curioso de se notar nesse documento, é como os índios são movidos por sentimentos e ritos cristãos. A ideia de um povo dependente pode ser claramente observada na seguinte passagem:

O pajé, " sob o efeito da jurema, lembrou uma profecia. Um homem branco faria xucuru-kariri um grande povo. A indiada aguardava a chegada do desconhecido. Era frei Domingos de S. José. O missionário vinha par converter os índios para ao cristianismo. [...] Com o tempo, os índios foram aprendendo novos métodos para o palntio. Frei Domingos lhes ministrava o catecismo. (TORRES, 1971, p. 4)

Chama atenção a crença no mito da civilização como algo maior. A personificação dos anseios elitistas da camada dominante de Palmeira dos Índios nos anos 1970 revelam que, para além das ambições, eles reconheciam a existência dos indígenas no local, mas utilizavam desse simbolismo, do mito, para reafirmar sua dominação. Dessa forma podemos compreender como “[...] diferentes membros da comunidade têm atitudes diversas em relação aos sistemas simbólicos, apropriando-se deliberadamente dos símbolos ou manipulando-os como parte de uma luta pelo controle” (DESAN, 1992, p. 95-96)

A ideia de dominação a partir de apropriação do simbolismo, nos revela por contraponto que essas elites latifundiárias e comerciais queriam utilizar esse indígena, do mito, como um chamativo, uma propaganda. Isso pode ser comprovado ao analisar “A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX”, escrito por Luiz B. Torres e publicado em 1973. Nesse livro, a mesma lenda é reescrita na forma de conto e já apresenta o indígena como um apelo comercial.

Txiliá tinha aquela formosura das mulheres que a natureza se esmera para mostrar sua capacidade de artista. Seu corpo, coleante, moreno e de carne rígida, atraía olhares disfarçados dos xucuru-kariri machos, porque receiosos do ciúme vingativo de Etafé. Os seios mais pareciam duas bandas de maracá sagrado agitando-se em noites de ouricuri. Seus cabelos, sedosos e longos, caíam em castanha caudal por sobre os ombros, e as pontas mais atrevidas de sua vasta



cabeleira vinham beijar maliciosamente o começo ondedo de suas nádegas, onde uma tanga de penas multicores velava o recato feminino. (TORRES, 1973, p. 52)

A lenda foi escrita em tom romântico e melancólico, e de uma maneira na qual os índios, além de terem sido retratados de maneira estereotipada, são considerados como elementos do passado, que deixaram de existir quando a cidade começou a ser erguida. Além disso, o texto de Torres, exalta a figura de um indígena que não corresponde ao tipo étnico do nordestino.

Existe, assim “[...] a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro.” (MONTEIRO, 1999, p. 239) Uma consequência direta da liberdade inventiva da literatura, que torna um texto de ficção uma verdade, pela atividade de repetição. Assim partimos dos pressupostos de Francisco C. Falcon, pois

[...] o historiador não é nem pode ser um autor de ficção pois não é livre para inventar, imaginar e interpretar – o exercício das suas faculdades criativas e interpretativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio tempo e lugar. É a partir de protocolos de verdade que se identificam, em derradeira instância, a história e o historiador como tais. (FALCON, 1998, p. 18)

É salutar, na pesquisa tentar ver através desses documentos, quais verdades queriam nos passar. Tentar recompor esse passado “[...] é sinalizar-se, simultaneamente, tanto no sentido do problema da realidade histórica, enquanto sinônima de passado, como do discurso que se produz sobre este mesmo passado.” (FALCON, 1998, p. 11) É portanto, compreender que o documento, como resquício do passado, é um indício das subjetividades que a sociedade de sua época carregava e uma análise presente, a partir do que pensa seu questionador.

Seguindo essa linha de pensamento, temos a lei nº 601 de 1850, que ficou conhecida por tornar devolutas as terras consideradas improdutivas para o império, no sentido capitalista do trabalho. Assim, vários aldeamentos foram sendo extintos nos anos seguintes a sua sanção. De acordo com essa lei são terras devolutas: “§ 1o As que não se acharem



aplicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.” (BRASIL, 1850, p. 1)

Nota-se a preocupação com uso da terra por órgãos públicos, no sentido de que foram esses órgãos que as distribuíram, em sua maioria, aos posseiros, cuja descendência ocupa até hoje essas terras devido mecanismo expresso no Art. 11 da mesma lei. “Os posseiros serão obrigados a tirar titulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei.” Esses títulos já foram usados para contestar a demarcação territorial nas vezes que a FUNAI tentou radicar o processo. Fica expressa também a preocupação em assimilar esses indígenas, mais uma vez reconhecendo sua existência pela oposição.

Outros documentos, para os quais voltamos nossa atenção são 2 (dois) relatórios da FUNAI, que revelam suas atividades nas terras indígenas de Palmeira dos Índios. O primeiro deles é um relatório de desarmamento dos indígenas Xukuru-Kariri, datado de 1987. Redigido por Roberto Carvalho Moura e Silva, Assessor de segurança e informações da 3ª região da FUNAI, nos mostra que embora o desarmamento, de acordo com o documento, tenha sido solicitado pelos índios, eles não têm voz em nenhum momento. Isso demonstra que o projeto de assimilação da força de trabalho ainda estava em curso e mostrá-los como dependentes da FUNAI era necessário a esse feito.

O assessor de segurança faz questão de ressaltar que “O desarmamento na Fazenda Canto área indígena Xucuru-Kariri no município de Palmeira dos Índios-AL, foi provocada através da solicitação das próprias lideranças que estavam preocupadas com a existência de sérios problemas na área [...]” (FUNAI, 1987, p. 1) O enfoque dado a situação de conflito interno, revela indícios de que os índios eram observados em suas relações no cotidiano e a constante necessidade de fiscalização, expressa a situação de medo que as elites tinham dos indígenas.

O segundo relatório, foi redigido pelo chefe o setor de ação social da Funai, em julho de 1988. Nele os índios só são tratados como dependentes quando não vão contra os interesses da FUNAI. O chefe do setor, cujo nome encontra-se ilegível, destaca sua insatisfação em ter que



distribuir alimentos para os índios da Mata da Cafurna⁴, pois em sua maioria são assalariados e podem eles mesmos comprar comida. Ele já inicia o relatório demonstrando seu descontentamento ao chegar nas plagas palmeirenses. “Ao chegar em Palmeira dos Índio às 13:00 Hs do dia 20/07/88, fui procurar as lideranças indígenas da Mata da Cafurna, e não encontrei-as.” (FUNAI, 1988, p. 1)

Essa insatisfação ao não encontrar as lideranças no local, esclarece que, embora trabalhasse com índios, não os reconhecia em pé de igualdade, ao ponto de sentir insultado por não ter sua superioridade respeitada em sua posição no órgão estatal e não estar preocupado com o cotidiano da Aldeia, considerando que existiam possíveis motivos para as lideranças não se encontrarem na aldeia: a) talvez estivessem em ritual, tendo em vista que, de tempos em tempos, os Xukuru-Kariri se retiram para o interior da mata e ficam em reclusão espiritual; ou b) poderiam estar trabalhando na cidade, algo ainda comum.

Outra situação revelada nesse documento é a condição da assistência social, que era o serviço do relator do documento junto à FUNAI. Um dos serviços prestados pelo órgão aos povos indígenas, e que fica expresso no documento, é a distribuição de alimentos que pode ser notado como tendo relação direta com as relações estabelecidas entre os índios e a FUNAI. Isso evidencia, como a presença externa era marcante na aldeia, cuja autonomia era seriamente prejudicada devido intromissões como que podemos observar.

Em seguida fui na residência da Servidora Alaide Santana e pedi a mesma para avisar ao índio Antonio Celestino e ao Servidor José Augusto para virem no outro dia para Palmeira dos Índios que eu iria dormir lá e estava esperando eles para comprarmos a quantia de 100.000,00 (cem mil cruzados) em gêneros alimentícios, que inclusive fui contra esta doação por motivos de na Aldeia Mata da Cafurna residirem 08 (oito) famílias, sendo 04 (quatro) funcionários da FUNAI e o restante 04 (quatro) famílias indígenas, considerando esta atitude criminosa por termos outros índios precisando de alimentação e a

⁴ Mata da Cafurna, é nomeada assim em referência às cavernas ou furnas, como chamam os mais velhos, que eram utilizadas pelos índios para se esconder quando encontravam-se em fuga. Hoje, é o nome de uma área de mata atlântica que se encontra preservada, por conta da condição de reserva indígena agregada ao território Xukuru-Kariri desde 1979.



FUNAI fazendo doação aos funcionários que já ganham seus salários.
(FUNAI, 1988, p. 1)

Discutir com esse documento, nos leva a refletir se existia troca de favores entre a FUNAI e os índios da Mata da Cafurna? Ou, se a insatisfação demonstrada pelo narrador do documento, era originada por preconceito e o chefe de ação social, não desejava ajudar os índios? O conflito, pode ter sido gerado por que não reconhecia os índios como tal. “O que existe de fato é a reiteração de uma insatisfação do não-especialista com o uso técnico do termo índio, que não coincide com as suas representações culturais.” (OLIVEIRA, 1993, p. v) Deste modo, poderia ser, puro e simples preconceito movido pelos estereótipos já arraigados as mentalidades da população brasileira em geral.

E, por fim, um jornal que circulava em Palmeira dos Índios entre os anos de 1921 e 1925, de responsabilidade da Igreja Católica, nos revela mais detalhes de como esses indígenas eram vistos localmente nessa época. Na edição 40 do semanário “O Índio”, podemos encontrar referências a o problema da escassez de terras para cultivo dos Xukuru-Kariri. Na página 1 desta edição podemos ler facilmente: “Índios de Palmeira, não possuem terras legitimamente”. (O ÍNDIO, 1921, p.1) E continua,

Este governo querendo dar uma decisiva providencia sobre a falta de terras para agricultura de que tanto se queixam os índios de Palmeira dos q’Vmce. é director, lhe estampou remete o requerimento dos mesmos e seus documentos [...] e outro sim uma copia [...] do directorio, para Vme. dando a devida execução ao que se contem no dito. [...] formalise uma relação exata das terras adjacentes, e seus possuidores e titulos com os quais o caso convem. (O ÍNDIO, 1921, p.1-2)

O assunto continua a ser tratado até metade da página 2 (dois) desse mesmo número, com a transcrição de um documento de demarcação de terras que havia sido requisitada em 1822, sendo que os pares do processo só foram convocados para ir tratar deste assunto em 1872. Então, como podemos observar, a preocupação das autoridades locais, não foram os índios, mas o impacto causado nas condições



econômicas de Palmeira dos Índios, com o emprego da mão de obra indígena.

Entendemos como de mão dupla, essas ações das elites. O contraponto as atitudes e até mesmo o apoio em alguns casos, só nos revelam os interesses do governo na mão de obra indígena. “Os interesses contrariados pela presença dessas áreas reservadas são enormes e sua força é constantemente evidenciada [...]”(ARRUTI, 1999, p. 11). E mesmo em terras demarcadas, como a da Mata da Cafurna, os índios continuaram sendo vigiados e gerenciados por órgãos estatais interessados em integrá-los forçadamente aos padrões sociais que enxergam como apropriados.

10

A elite que protesta: disputa de espaço e influência na terra Xukuru-Kariri

As disputas territoriais em Palmeira dos Índios-AL, são muito comuns. A elite política e latifundiária age inescrupulosamente para garantir a concretização de seus interesses. Esses conflitos, oriundos na disputa pela posse da terra, têm criado momentos de enfrentamento e de reclusão, de visibilidade e de invisibilidade para os índios, em oposição a abundância de canais de comunicação disponíveis aos posseiros, que usam esses meios para estereotipar a imagem do indígena na região, pervertendo a opinião da população que vive fora das aldeias.

Foi numa terça-feira do ano de 2013, que os posseiros e seus simpatizantes se organizaram contra a eminência de demarcação de terras em Palmeira dos Índios – AL, se comemoravam 124 anos da emancipação política do município. Nem mesmo às festividades ocasionadas pelo feriado municipal, foram suficientes para acalmar os ânimos. Acharam por bem aproveitar a data para realizar uma mobilização contra o reconhecimento e demarcações de terras indígenas pertencentes à etnia dos Xukuru-Kariri.

O movimento teve (e ainda tem) à frente, os grandes fazendeiros da cidade; figuras políticas influentes como o prefeito, vários vereadores e ex-vereadores, alguns deputados e até mesmo senadores, que são grileiros de uma grande parte das terras visionadas no processo demarcatório. A Casa Museu de Graciliano Ramos foi o local escolhido para a concentração dos participantes do manifesto. Escolhida, sobretudo,



pela influência de seu nome e por ser, um dos principais pontos turísticos e históricos da cidade.

Em uma das diversas falas proferidas no local, destacamos a seguinte afirmativa: “o Brasil é desorganizado e quer fazer com palmeira o que fez com águas belas e raposa serra do sol, fica tirando as terra da gente e quer dar aos índio preguiçosos que não trabalham, vamo acabar com essa maloqueragem” (PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 2013)

Argumentos como esse, ancoram-se basicamente, na afirmação de que não existem índios na região e na classificação dos habitantes das aldeias pelo simples e arbitrário critério de pureza racial. Fazem referência as características físicas, ressaltando aquelas que ultrapassam os seus limitados conhecimentos. “Amparados pela legislação e utilizando regras estabelecidas por eles próprios, os grandes fazendeiros, pouco a pouco, com a ocupação de cargos, foram impondo o controle político hegemônico [...]” (SILVA, 2008, p. 113)

Para manter sua preeminência, buscaram apoio de políticos, padres, advogados entre outros que fazem parte de segmentos privilegiados da população e assim alcançam o público maciçamente. Percebemos que não foi por acaso que um ponto turístico de tamanha relevância foi utilizado como sustentáculo de divulgação dos argumentos contra demarcação.

Evidenciamos, portanto, que a disputa territorial sai do campo físico para o ideológico, para conquistar apoio popular, já que os líderes do movimento dispõem das rádios, jornais e demais mídias, podendo atingir o público maciçamente. Assim a população, que não está envolvida no processo demarcatório, é condicionada a aceitar as ideias dos políticos de forma análoga ao período eleitoral, que como bem sabemos, baseia-se no jogo de belas palavras, troca de favores e promessas de campanha.

Considerações finais: o intento de dar um desfecho

Esses ideais e a necessidade de aparecer, se posicionando publicamente contra a demarcação são também um contraponto que revela a força do movimento indígena local. Assim, discutimos como as disputas territoriais estão presentes do cotidiano de Palmeira dos Índios; uma cidade dividida pelo conflito. Refletimos como as elites latifundiárias



atuam no processo de esbulho territorial e se posicionam na vanguarda dos movimentos contra a demarcação territorial.

O Movimento Palmeira de Todos foi um momento excêntrico da história que se passa ao nosso redor. Ver as elites se juntando para concretizar seus objetivos revelou que as informações podem ser maquiadas e vendidas nas mídias como se fossem propagandas eleitorais, com o intuito de cooptar as pessoas que estão por fora da questão territorial. Logo, dar um desfecho único a este caso, não é possível. Pois sua história ainda está em curso.

Sejamos enfim, testemunhas desses acontecimentos. Buscando compreender um tema que gera tantos conflitos. Afinal, temos que, conhecer aquilo que queremos criticar, para não incorrer no mesmo erro que os posseiros que, ao intensificar sua oposição aos índios, só tornaram sua presença mais relevante. Temos de ter em mente, que a história de um conflito não se constrói com apenas um ator. Para apreendê-la em seus momentos de tensão é imprescindível estudar seus todos os seus personagens, neste jogo de interesses chamado sociedade.

Referências

ARRUTI, J. Maurício P. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos** v. 15, p. 54-94, 1995.

ARRUTI, José Maurício P. A. Propriedade ou território? In: **Tempo e Presença**. Nº 307, setembro/outubro, 1999.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm
Acesso em: 22/10/2016.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FALCON, Francisco José Calazans. Apresentação. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos. Campos e canteiros da história**. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV. 1998.



- FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FUNAI. **Relatório da Operação Desarmamento Xukuru-Kariri**. 1987.
- FUNAI. **Relatório de viagem do chefe de ação social ao administrador da FUNAI em Maceió**. 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
- MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (Org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 237-349
- O ÍNDIO**. Semanário Independente, Nº 40. Palmeira dos Índios: 30 de outubro de 1921.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "A viagem da Volta": reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste In: **Atlas das Terras Indígenas do Nordeste: projeto de estudo sobre terras indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.
- _____. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, Abr 1998, vol.4, no. 1, p.47-77.
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Movimento Palmeira de Todos: não a demarcação da FUNAI**. 2013.
- SILVA, Edson Hely. **Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Orientador: John Manuel Monteiro. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O Social e o político na Pós-modernidade**. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973.
- _____. **Tilixí e Txiliá. Lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios**. Texto não publicado. 1971.